UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

HEGEMONIA CORPORATIVA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Uma Análise Institucionalista do Movimento Todos Pela Educação e a Reforma do Novo Ensino Médio

Izidora Bandeira Benites

Ponta Porã

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

B415h Benites, Izidora Bandeira

Hegemonia corporativa na educação brasileira : uma análise institucionalista do Movimento Todos pela Educação e a Reforma do Novo Ensino Médio / Izidora Bandeira Benites. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.
18 p.

Artigo Científico (Graduação) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Jonattan Rodriguez Castelli.

1. Hegemonia corporativa 2. Movimento Todos pela Educação (MTPE) 3. Novo Ensino Médio (NEM) 4. Institucionalismo I.Castelli, Jonattan Rodriguez II. Título

CDD 23. ed. - 379

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

Resumo: Este artigo aborda a influência da hegemonia corporativa nas reformas da educação básica no Brasil. O objetivo é identificar os elementos institucionais dessa hegemonia nos projetos do Movimento Todos Pela Educação (MTPE) do Novo Ensino Médio (NEM). A análise revela que as mudanças trazidas por MTPE e pelo NEM priorizam a formação de capital humano em detrimento de cidadãos críticos. Com as mudanças curriculares e itinerárias formativos, buscam atender ás necessidades do mercado, limitando a autonomia critica do estudante. Conclui-se que as reformas educacionais são moldadas por interesses corporativos influenciados pela logica do capital, levantando questões sobre o propósito da educação.

Palavras-chaves: Hegemonia corporativa; Movimento Todos pela Educação; Novo Ensino Médio; Institucionalismo.

Abstract: This article addresses the influence of corporate hegemony on basic education reforms in Brazil. The objective is to identify the institutional elements of this hegemony in the projects of the Movimento Todos Pela Educação (MTPE) of the New Secondary Education (NEM). The analysis reveals that the changes brought about by MTPE and NEM prioritize the formation of human capital to the detriment of critical citizens. With curricular changes and training itineraries, they seek to meet the needs of the market, limiting the student's critical autonomy. It is concluded that educational reforms are shaped by corporate interests influenced by the logic of capital, raising questions about the purpose of education.

Keywords: Corporate hegemony; Everyone for Education Movement; New High School; Institutionalism.

1. INTRODUÇÃO

Está em pauta no debate público a implementação de reformulações do projeto pedagógico e disciplinar do ensino básico no Brasil, pautadas pelas demandas das grandes corporações, incluindo a adoção de valores e instrumentos alinhados a elas. O último projeto proposto nesse sentido foi o chamado "Novo Ensino Médio". Uma das alterações trazidas pelo Novo Ensino Médio é o estabelecimento de currículos baseados em itinerários formativos, isto é, "conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas escolas e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho" (Brasil, 2021; p.12). Em grande medida, entende-se, portanto, que tais itinerários propiciariam um maior direcionamento do aluno para o mercado de trabalho. Dessa forma, a escola deixa de ser um espaço formador da autonomia através do saber, e de cidadãos, para uma mera formação de trabalhadores.

Esse tipo de reforma se alinha ao que no institucionalismo radical denomina como "Hegemonia Corporativa" (Dugger, 1989), onde os valores e interesses velados das grandes corporações contaminam as demais instituições e organizações, moldando-as para emularem os seus propósitos e hábitos de pensamento. Veblen (1918) já havia observado esse fenômeno da influência da hegemonia na educação superior dos EUA, destacando que cada vez mais as universidades voltavam os objetivos das suas pesquisas para atender às demandas empresariais, ao invés de serem movidas pelo avanço da ciência. Da mesma maneira, Dugger (1989) ressalta um aprofundamento desse processo nos anos 1980, sob a égide do neoliberalismo.

Entende-se neste artigo que o Novo Ensino Médio é um desdobramento desse processo no Brasil. Ademais, ressalva-se que o avanço da hegemonia corporativa nas diretrizes do ensino brasileiro não é recente. De fato, desde os anos 1990 há um esforço por parte da burguesia nacional para influenciar as políticas públicas educacionais a fim de que essas incorporem valores empresariais nas grades escolares dos ensinos fundamental e médio, indo além da mera privatização; culminando, em 2006, no "Movimento Todos Pela Educação". Conforme Deitos (2019, p. 6):

> No campo da educação e no cenário do Estado, a consolidação da hegemonia empresarial, ganha expressividade nas décadas 1990 e 2000. Com a criação do Movimento Todos Pela Educação, em 2006, essa organização faz com que os interesses particulares de frações da classe dominantes ultrapassem o campo econômico de atuação, dirigindo e dominando as políticas educacionais. Ao realizar essa universalização da particularidade de seus interesses, o TPE, na educação, faz com que as necessidades de reprodução do Capital pareçam universais, tais como a ideia de "qualidade da educação", das necessidades de índices educacionais, da escolarização em idade adequada para formação da força de trabalho, do investimento na teoria do capital humano e na preparação para o mercado de trabalho capitalista. (...) Nesse sentido, argumentamos que o TPE é a expressão da hegemonia empresarial

> na educação, pois representa uma unidade na diversidade de frações da classe dominante que o constituem e monopolizam a educação no Brasil.

Destarte, este artigo tem como objetivo analisar mudanças institucionais propostas pelo MTPE e pelo NEM à educação brasileira e interpretá-las pelo prisma institucionalista e do conceito de hegemonia corporativa.

2. O INSTITUCIONALISMO DE THORSTEIN VEBLEN

2.1 **A Origem da Economia Institucional**

Veblen é considerado o precursor da escola institucionalista, que defende a análise da economia como um todo, diferente dos fenômenos individuais. Os institucionalistas acreditam que as atividades econômicas não são apenas a soma das atividades individuais em busca de lucro máximo. Eles veem padrões de ações coletivas na atividade econômica, que não se reduzem à simples soma dos atos individuais. Por isso, enfatizam a importância das instituições na vida econômica.

De acordo com Mihaira (2018), o termo Economia Institucional foi inicialmente apresentado por Hamilton (1919) como uma abordagem econômica que busca oferecer explicações para o comportamento econômico por meio do estudo da evolução das instituições e hábitos. Além disso, o autor destaca que Thorstein Veblen, juntamente à John Commons e Wesley Mitchell, são reconhecidos como os pais fundadores do institucionalismo original (Rutherford, 1994).

De acordo com Almeida (1983), em sua apresentação do livro "A Teoria da Classe Ociosa" de Thorstein Veblen, os institucionalistas criticam a busca dos economistas neoclássicos por leis imutáveis da economia e sua preocupação com o equilíbrio do sistema econômico. Enquanto os economistas neoclássicos defendem a existência de leis imutáveis da economia, como a oferta e demanda e a utilidade marginal decrescente, e buscam um equilíbrio estático no sistema econômico, os institucionalistas questionam essa visão. Eles argumentam que a economia é dinâmica e sujeita a mudanças constantes, rejeitando a ideia de que o sistema econômico naturalmente tende ao equilíbrio. Em vez disso, enfatizam a importância de compreender o movimento e a evolução das instituições econômicas, defendendo intervenção governamental para corrigir desequilíbrios inerentes à vida econômica. Inspirados em teorias evolucionistas, afirmam que é mais importante entender o movimento e a evolução das instituições econômicas do que buscar um equilíbrio estático. Eles rejeitam a ideia de que o

sistema econômico tende naturalmente ao equilíbrio e acreditam na existência de mudanças constantes e desequilíbrios inerentes à vida econômica.

2.2. O conceito de instituições

De acordo com Castelli (2024), para Veblen, Karl Marx e Émile Durkheim, as instituições são estruturas sociais que existem antes mesmo do nascimento dos indivíduos e que influenciam seus comportamentos. Além disso, as instituições são vistas como repositórios de conhecimento social, carregando consigo o conhecimento acumulado de experiências passadas e resultados da interação humana ao longo do tempo. Almeida (1993) destaca que os institucionalistas consideram as instituições como qualquer padrão organizado de comportamento coletivo enraizado na cultura. Essa ideia de instituições incluía não apenas organizações específicas, mas também um conjunto de costumes, leis, códigos e comportamentos culturalmente estabelecidos.

Nessa perspectiva, Castelli (2024) afirma que a interação entre os instintos individuais, as ações resultantes desses instintos e o ambiente, que disciplina e condiciona a forma como as pessoas pensam e agem, leva ao surgimento dos hábitos. Esses hábitos, que são propensões individuais moldadas pelas circunstâncias ambientais, com o tempo se tornam convenções, adquirindo conotações normativas e transformando-se, em última análise, em instituições. Como afirmou Veblen (1983, p.199), "A evolução social é um processo de adaptação seletiva de temperamento e hábitos mentais sob a pressão das circunstâncias da vida em sociedade. A adaptação de hábitos mentais constitui o desenvolvimento de instituições". A transformação do arranjo institucional é destacada nos escritos de Veblen através de sua análise da causação cumulativa. Ou seja, uma ação ou mudança passada estabelece uma nova situação que, ao longo do tempo, sofrerá novas alterações, levando a uma nova situação. Dessa forma, o fantasma do passado sempre se manifesta no presente. Inicialmente, há um conjunto de instintos dados e um estilo de vida definido, com hábitos de pensamento e instituições estabelecidas. Com o tempo, o arranjo institucional pode mudar em resposta a uma alteração na forma como os indivíduos interagem em suas atividades econômicas e sociais, mas principalmente devido a alguma mudança nas bases materiais da sociedade - especialmente o surgimento de novas tecnologias.

Os indivíduos se adaptarão às novas condições materiais, alterando seu estilo de vida e hábitos de pensamento e ação. Conforme os novos hábitos substituírem os antigos, surgirão novas instituições que substituirão aquelas incompatíveis com a nova realidade, resultando na criação de uma nova estrutura institucional. Dessa forma, a mudança institucional ocorre

através do desuso e substituição de antigos hábitos por novos, impulsionados pelo novo ambiente material.

2.3 A relação entre as instituições e os instintos

Veblen (1983; 2007) sugere que as instituições surgem da evolução dos hábitos, que por sua vez têm origem nos instintos de cada sociedade. Esses instintos são estabelecidos pela seleção natural e transmitidos hereditariamente, influenciando as características de cada sociedade. Segundo Veblen (2007), os hábitos e instituições são moldados a partir desses instintos e não podem ser adquiridos ou eliminados pelo uso ou desuso. Ele chama de instintos as propensões inatas da natureza humana que têm um objetivo final. Esses instintos se diferenciam pelos propósitos e objetivos a serem alcançados. O instinto para o esporte ou predatório, motivado por atividades competitivas e predatórias; e o instinto emulativo, relacionado ao desejo de status e poder social. Veblen mostra como a busca pela eficiência no trabalho, inicialmente motivada pelo interesse comum, pode acabar sendo impulsionada pelo individualismo e resultar na manifestação do instinto predatório (CASTELLI, 2024).

Além disso, Veblen (2007), em seu artigo "O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral" (publicado originalmente em 1898), fala sobre como os instintos humanos podem influenciar as ações. Ele argumenta que a teoria econômica da época, chamada de escola neoclássica, não considerava adequadamente a natureza humana. Veblen propõe que os seres humanos têm propósitos e objetivos que vão além do simples comportamento utilitarista. Ele destaca três tipos principais de instintos que guiam a ação humana: *o instinto para o trabalho eficaz*, ligado à cooperação industrial e inovação tecnológica; *o instinto para o esporte ou predatório*, motivado por atividades competitivas e predatórias; e *o instinto emulativo*, relacionado ao desejo de status e poder social (CASTELLI, 2024).

2.4 Emulação e a classe ociosa

Em seu livro "A Teoria da Classe Ociosa", Veblen (1983) discute como a classe ociosa surge da diferenciação entre as atividades sociais, em que as classes mais altas relegam as atividades laboriosas às classes inferiores, colhendo os frutos do trabalho enquanto expressam sua superioridade pecuniária (MIAHIRA 2018.

> "A instituição da classe ociosa surge nos estágios avançados da cultura Bárbara, como por exemplo na Europa e no Japão feudais. Em tais comunidades as diferenças entre a classes são de observância obrigatória, sobressaindo-se entre elas, como de mais

> notável significação econômica, as diferenças de ocupação. As classes mais altas são costumeiramente excluídas de ocupações industriais, cingindo-se as funções inerente honorífica. Entre essas funções honoríficas, nas comunidades feudais, estão em primeiro lugar a guerra e, em segundo, sacerdócio. O sacerdócio nos casos de comunidade não especialmente belicosas, assume a importância maior, seguindo-se a ele o exército. De qualquer modo, com insignificante exceções, as classes altas em regra não têm funções industriais e esse fato é a expressão econômica de sua superioridade". (VEBLEN, 1983, p. 05)

Veblen (1983) ainda destaca a relação entre o surgimento da classe ociosa e o desenvolvimento cultural, especialmente em relação ao início da propriedade. Ele aborda como, no estágio primitivo, a propriedade começou com a apropriação de mulheres prisioneiras, que eram usadas como troféus, e isso evoluiu para uma forma de casamento-propriedade. As consequências da emulação na vida predatória levaram, por um lado, ao casamento baseado na coerção e, por outro lado, ao desenvolvimento do costume de propriedade. Ambas as práticas como resultados do desejo dos homens de alcançar sucesso e destacar sua habilidade, exibindo claramente os resultados de suas atividades.

A emulação do padrão de vida, valores e hábitos está relacionada à forma como a acumulação de propriedade e riqueza se tornou um símbolo de status social. À medida que a posse de bens materiais e a demonstração de riqueza se tornaram cada vez mais associadas ao prestígio e ao poder na sociedade, as pessoas passaram a imitar esse comportamento, buscando adquirir bens e riquezas para alcançar um status semelhante.

Segundo os estudos de Castelli e Azevedo (2023), Veblen argumenta que os padrões de respeitabilidade, essenciais para o status social, têm como principal função manter o prestígio associado a habilidades que servem principalmente ao propósito da imitação motivada pelo desejo de alcançar riqueza ou status financeiro. Além disso, ele sugere que o modo de vida considerado decente pela classe ociosa promove comportamentos e características predatórias, indicando que a busca por prestígio social pode estar relacionada a padrões de comportamento que não necessariamente contribuem para o bem-estar coletivo.

De acordo com a análise de Correa (2019), a classe ociosa tem hábitos, modos de consumo e costumes que são imitados por outras classes. O estilo de vida dessa elite transmite ideia de superioridade em relação às classes inferiores. Essas classes influenciadas pela elite adotam seu modo de agir e pensar, impactando nas decisões de consumo das pessoas, que compram produtos para demonstrar riqueza e poder, seguindo a lógica de consumo conspícuo.

2.5 Hegemonia Corporativa e mitos autorizadores

Hegemonia, segundo o pensamento gramsciano, é quando uma classe social exerce poder e domínio sobre as ideias e valores de uma sociedade. Para que essa classe consiga se manter no poder é necessário ter aparelhos privados de hegemonia, como as mídias, para que ajudem a espalhar suas ideias (CARIELLO, 2019).

Correa (2019) apresenta em seu trabalho quatro mecanismos sociais que sustentam a hegemonia corporativa a qual Dugger (1980) descreve em seu artigo "Power: an Intitutional Framework of Analysis": sub-representação, contaminação, emulação e mitificação.

A sub-representação é definida como uma representação injusta ou ilegal, por meio da representação fraudulenta dos fatos. A sub-representação é o processo pelo qual a função desempenhada por um grupo de instituições se torna o meio pelo qual outro grupo de instituições atinge seus objetivos (Dugger, 1980). Ela se aplica às instituições de ensino como universidades que, apesar de serem instituições autônomas, acabam sendo corrompidas pelas corporações e seus interesses escusos, como argumenta Veblen (1918) em "Higher Learning in America". De tal forma que em vez de terem a geração e disseminação de conhecimento como seus objetivos centrais, acabaram se tornando empresas focadas em formar mão de obra qualificada e realizar pesquisas cientificas voltadas ao atendimento das demandas das grandes corporações.

A contaminação, por sua vez, refere-se à influência da hegemonia corporativa em outras instituições. Um exemplo é pais ou escolas que adotam valores corporativos e exige de seus filhos que escolham profissões que garanta bons retornos financeiros, ou seja, os papeis tradicionais são afetados pela hegemonia corporativa. Análogo à contaminação, a emulação ocorre quando líderes corporativos são copiados pelos demais. Eles se tornam modelos de sucesso e influência, o que leva as pessoas a quererem emularem seus comportamentos.

A mitificação por sua vez é um mecanismo que envolve a criação de narrativas e mitos que sustenta a hegemonia corporativa, incorporam elementos não econômicos que são utilizados para justificar a lógica de mercado. Dessa forma é apresentada a hegemonia corporativa como superior às outras instituições e legitimando práticas que poderiam ser questionáveis.

Miahira (2018) destaca que a relação de dominância tem início no processo de socialização, por meio do qual adota um conjunto de mitos sociais que sustentam as desigualdades entre classes. Quando esses mitos são neutralizados a classe social mais baixa acaba perdendo seus próprios interesses e adquirindo os interesses dos outros grupos sociais.

Segundo Castelli e Azevedo (2023) os mitos autorizadores, conforme discutido por Dugger (1989b), referem-se às formas de regulação social, os quais permitem que a sociedade

estratificada mantenha as camadas sociais inferiores em seus lugares, sem se revoltarem com as camadas sociais privilegiadas. Assim, os mitos legitimam a continuidade da dominação de uma classe privilegiada sobre as demais, naturalizando e perpetuando as desigualdades que já existem.

Nesse contexto, a propaganda exerce um papel importante para disseminar esses mitos. Como afirmam Castelli e Azevedo (2023), esses mitos são transmitidos das classes dominantes para as classes inferiores, que os aceitam por exibirem uma aparência de verdade indiscutível. Isso faz com que os mitos autorizadores tenham maior influência na estrutura social e na cultura de uma sociedade (Dugger, 1989). Wrenn (2021, p. 234) aponta que os mitos autorizadores atuam por dois motivos principais: o primeiro aparece através das vozes de autoridades, ou seja, daqueles que estão no poder e possuem interesses velados para se manter na posição; segundo, eles criam um meio onde existem caminhos claros e reconhecíveis para a ação, na qual são preferíveis às incertezas que envolvem as decisões necessárias para que a sociedade possa avançar.

Por fim, Castelli e Azevedo (2023) ressaltam que os mitos autorizadores são componentes da ideologia da classe social dominante e reforçam as divisões presentes em uma sociedade estratificada, baseando-se em diferentes estereótipos[1], ponto cego[2] e padrões duplos[3] que se associam com diferentes tipos de desigualdades, incluindo classe, raça, gênero, nacionalidade, religião e orientação sexual. Esses mitos possuem uma carga emocional significativa com aqueles que os assumem como verdadeiros, podendo essa carga ser positiva ou negativa (Dugger; Sherman, 2000). A dimensão emocional que os compõe atribui aos mitos um forte mecanismo de controle social, que consequentemente reforçam as relações econômicas da situação atual e o poder da influência dos interesses da classe ociosa e das grandes corporações.

3. O MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO (MPTE) E O NOVO ENSINO MÉDIO (NEM)

3.1. O Movimento Todos pela Educação (MPTE)

Segundo Santo Filho et al. (2019) a reforma administrativa implementada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) trouxe mudanças significativas em relação à mudança do papel do governo na prestação de serviços sociais, principalmente na saúde, educação e cultura. A reforma tinha por objetivo a transferência de serviços não exclusivos para organizações

públicas não-estatais. A partir de 1990 houve um aumento da participação do setor privado nas políticas sociais e o governo FHC incentivando como uma solução para a suposta ineficiência do Estado resultando nas criações de várias instituições não governamentais.

Kossak e Vieira (2022) afirmam que a atuação do empresário no Brasil se intensificou a partir da década de 1990 durante o governo Fernando Henrique Cardoso, onde houve reformas significativas, dentre elas a publicação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) em 1996, que introduz um novo modelo de gestão educacional que ficou conhecida como gerencialismo. Nesse novo modelo o governo busca reduzir sua intervenção na economia e serviços sociais para priorizar a eficiência.

Conforme observado por Filho et al. (2019) a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentava uma oportunidade para mudar o modelo educacional que favorecia os interesses dos empresários. No entanto, o governo não demostrou mudanças nas políticas educacionais, especialmente em relação à participação dos empresários. A primeira ação do governo foi a implementação do decreto 5.154/04 que permitiu o retorno da educação profissional integrada ao ensino médio. Porém as escolas não estavam preparadas para oferecer a educação politécnica. Nesse contexto, a educação profissional se tornou um segmento do mercado onde muitas instituições começaram a oferecer cursos profissionalizantes e, consequentemente, teve um aumento da participação do setor privado na educação brasileira, que foi impulsionada pela Lei Federal n° 11.079/04 que regulamentou a parceria público-privado.

Surge então o Movimento Todos Pela Educação (MTPE) criado em 2006 como parte de uma mudança na forma como o governo e a sociedade trabalham juntos, que começou nas décadas de 1980 e 1990 através da reestruturação do aparelho estatal, privatizações, reformas administrativas, descentralização e incentivos a maior participação da sociedade nas decisões governamentais. Essa mudança foi influenciada pela Reforma do Estado durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). As mudanças na reforma permitiram a criação de parcerias público-privadas, onde entidades privadas buscam influenciar a sociedade e lucrar com serviços antes públicos. (CARIELLO 2019).

De acordo com Deitos (2019), em 2001, durante o Ano Internacional do Voluntariado, iniciou-se a base para a formação do Movimento Todos pela Educação, embora tenha sido oficialmente criado em 2006. Esse movimento tem suas raízes no antigo Instituto Brasil Voluntário, ou Faça Parte, envolvendo figuras como Milu Villela, Heloísa Coelho, José Roberto Marinho, Maria Elena Johannpeter, Roberto Klabin e Valdir Cimino. Essas pessoas e empresas/fundações desempenharam papéis importantes na criação do Todos Pela Educação.

Vale ressaltar que Instituto Brasil Voluntário contava com o patrocínio do Banco Itaú e do Grupo Dpaschoal, além do apoio do Ministério da Educação, CONSED, UNDIME e UNESCO. Essas entidades também têm conexões com o Movimento Todos Pela Educação, mostrando uma rede de apoio e colaboração em prol da educação.

Segundo os estudos de Cariello (2019), o Movimento Todos pela Educação reúne empresários, governo, investidores e sociedade civil para alcançar objetivos em comum na área da educação. Eles focam em resultados mensuráveis, influenciados por padrões internacionais, o que impacta a forma como os professores trabalham, como as escolas são geridas e o que é ensinado. Isso se baseia na ideia de que investir em capital humano traz benefícios.

Nessa perspectiva, Deitos (2019) afirma que o Movimento Todos Pela Educação é uma organização que reúne pessoas de diferentes áreas da sociedade, sem se importar com partidos políticos, para discutir e criar regras na área da educação. Ao se dizer suprapartidário, ele destaca a importância de todos concordarem em como a educação deve ser gerenciada. No entanto, isso pode significar que interesses de empresas estão influenciando como os trabalhadores são educados para beneficiar o sistema econômico. Isso pode levar a uma visão que minimiza as diferenças sociais, transformando desigualdades em simples variações na sociedade.

O Movimento Todos Pela Educação, ao exercer sua influência na educação, busca preparar os trabalhadores de acordo com as necessidades do mercado, ligando a qualidade da educação à economia. A forma como o TPE se comunica é persuasiva, levando educadores da classe trabalhadora a adotar demandas importantes para eles, que historicamente lutam por uma educação de qualidade. As preocupações com números, avaliações externas e um ensino focado no mercado têm o objetivo de formar trabalhadores que atendam às exigências de produção de riqueza (DEITOS 2019).

Sendo assim, para alcançar os objetivos, em 2010 foi lançado o programa de atuação que sistematizou as 5 bandeiras principais que podem ser observados abaixo:

1. Currículo: O país precisa ter um currículo nacional com expectativas de aprendizagem dos alunos por série.
2. Valorização dos professores: Os professores devem receber mais reconhecimento e apoio, focando na formação deles e tornando a carreira mais atraente.
3. Fortalecimento do papel das avaliações: As provas são fundamentais para medir a qualidade da educação. Esses resultados devem guiar as decisões do governo e das práticas dos professores.

4. Responsabilização dos gestores: Os gestores das escolas precisam ser apoiados, mas também cobrados pelos resultados dos alunos.
5. Melhorar as condições para o aprendizado: É essencial melhorar o ambiente de ensino, aumentando o tempo de aula e oferecendo atividades extras para ajudar os alunos com dificuldades.

O movimento no Brasil busca seguir os padrões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), um grupo de 37 países, o qual tem a principal missão de promover o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo por meio de políticas. Assim, o Movimento Todos Pela Educação estabeleceu 5 metas para melhorar a educação no Brasil com base nessas referencias internacionais.

1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;
2. Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
3. Todo aluno com aprendizado adequado à sua série;
4. Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos;
5. Investimento em educação ampliado e bem gerido;

Desse modo o MTPE conseguiu se estruturar dentro do Ministério da Educação (MEC) e se espalhar por diferentes áreas dentro do sistema educacional, permitindo que suas ideias e propostas influenciassem as políticas pública.

3.2. O Novo Ensino Médio

De acordo com a Guia de Implementação, o Ensino Médio passou por mudanças devido a alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e na elaboração da parte do Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em sua proposta, inclui três principais objetivos: incentivar os estudantes a serem protagonistas de seu próprio projeto de vida, ajudando-os a escolher o que desejam estudar; valorizar a aprendizagem, aumentando a carga horária de estudos; e garantir que todos os jovens tenham direitos de aprendizagem comuns, determinando o que é essencial nos currículos com base na BNCC.

Sendo assim, podemos listar as principais mudanças no Novo Ensino Médio:

1. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): Para que as mudanças no currículo do Ensino Médio tenham os resultados positivos desejados, são necessárias outras políticas e ações. Uma delas é a revisão dos currículos com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - fundamental para implementar a proposta de flexibilização curricular.
2. A ESCOLHA POR ITINERÁRIOS FORMATIVOS: Os currículos do Novo Ensino Médio terão uma parte baseada na BNCC (formação geral básica) e os itinerários formativos, que são diferentes caminhos para os estudantes escolherem de acordo com suas preferências e planos para o futuro. Esses itinerários levam em conta as opções oferecidas pelas escolas e redes de ensino. É na escolha desses itinerários que os estudantes demonstram seu protagonismo, ou seja, assumem um papel ativo e decisivo em sua própria educação.
3. FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NO ENSINO MÉDIO REGULAR: Os alunos que estão no Ensino Médio regular terão a chance de seguir um caminho técnico completo, fazer um curso técnico em conjunto com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), ou até mesmo uma série de FICs relacionadas entre si. Além disso, há a possibilidade de os jovens seguirem trajetórias focadas em uma ou mais áreas de conhecimento, complementadas por cursos FIC.
4. AMPLIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA: Novo Ensino Médio aumenta a carga horária das escolas de 2.400 horas para pelo menos 3.000 horas no total, reservando até 1.800 horas para a formação geral básica, conforme previsto na BNCC, e o restante do tempo para os itinerários formativos.

Além das alterações na estrutura da organização curricular e da ampliação da carga horária, a Lei nº 13.415/2017, Art. 13, estabeleceu a Política de Incentivo à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

A proposta de que as escolas tenham o ensino médio em tempo integral, a princípio parece ser bom, porém ela pode favorecer somente a um determinado grupo social. Isso porque no Brasil a maioria dos estudantes que teriam condições de estudar em tempo integral são aquelas de famílias mais privilegiadas. Os alunos da classe trabalhadora precisam muitas vezes trabalhar além de estudar, o que torna mais difícil para eles frequentarem a escola em tempo integral. A Reforma do Ensino Médio começou como medida provisória e se tornou lei em 2017 e foi oficialmente aprovada em dezembro de 2018 (CARIELLO 2019).

De acordo com a Guia de Implementação do Novo Ensino Médio, os Itinerários Formativos ofertados pelas escolas são um conjunto de unidades curriculares que permitem ao estudante aprender mais sobre um assunto específico e se preparar melhor para seguir estudando ou para entrar no mercado de trabalho. Nesse sentido, é perceptível que os itinerários formativos trazidos com a Reforma do Novo Ensino Médio estão mais associados aos interesses do mercado do que propriamente com a educação. Nota-se que estão intimamente ligados à lógica do capital humano, em função dos interesses de grandes empresários.

Um exemplo dessa lógica é o "Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul" proposto pela Secretaria de Educação do estado (SED-MS, 2021), nele consta a descrição de alguns temas contemporâneos a serem abordados no NEM, entre eles "Educação Fiscal" e "Empreendedorismo". No texto sobre educação fiscal há um alinhamento à mitologia da austeridade fiscal, discutida por Castelli e Azevedo (2023), entendendo o orçamento público como resultante apenas dos tributos pagos pelos cidadãos e que, portanto, os recursos do governo são limitados, como se observa no trecho abaixo:

> A Educação Fiscal pauta-se na conscientização acerca do pagamento de tributos e no fomento aos cidadãos para monitorarem a aplicação desses tributos visando à melhoria de vida da população.
> Portanto, é uma temática a ser desenvolvida transversalmente, e que proporciona aos sujeitos aprendizes a compreensão de que os recursos públicos são provenientes do pagamento de tributos realizados por todos os sujeitos que habitam este país, e sobretudo, que esses recursos são limitados. Dessa maneira, práticas educativas de Educação Fiscal vinculam-se também à preservação do patrimônio público e aos direitos individuais e coletivos observados na Constituição Federal de 1988. (SED, 2021, p. 57)

Já sobre o empreendedorismo, destacam-se os seguintes trechos:

> Os estudantes podem ser levados a reconhecer seu potencial empreendedor, para que possam planejar o futuro com o foco em aproveitar oportunidades de integração no mundo do trabalho ou na criação do seu próprio negócio. Há nesse discurso a proposição de estimular os jovens para a adesão de uma cultura da sustentabilidade empreendedora, objetivando alcançar o desenvolvimento socioeconômico, de forma justa e ética, no âmbito dos negócios, por meio da formação de estudantes excepcionais comprometidos com a construção de um Brasil melhor.
> (...) O estudante empreendedor deve possuir a capacidade de trabalhar com as informações, para tomada de decisão e inovar mediante a diversidade. Para exemplificar, cita-se a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Nessa área do conhecimento é comum verificar o desenvolvimento das atividades educacionais por meio de práticas de laboratório, pesquisa ou estudo de caso. Assim, nessa área pode-se criar, disseminar conhecimento e possibilitar a proposição de intervenções inovadoras e empreendedoras.
> (...) Compreende-se empreender como o processo de criar algo inovador. Isso pode ser feito com um projeto de pesquisa, por exemplo. Existe concepção latente de que o ato de empreender somente significa ação de abrir seu próprio negócio. Faz-se necessário incorporar o conceito de que uma inovação compreende a ação de empreender uma nova ideia. (SED, 2021, p. 62-63)

Percebe-se, a partir do texto acima, que por trás do currículo de referência do NEM sul-matogrossense está uma mitificação do empreendedor, aproximando-o de um papel inovador e ignorando a centralidade que, frequentemente, o estado exerce nesse processo, como destaca Mazzucato (2014), além de assinalar o ato de empreender como a saída para o desenvolvimento pessoal dos estudantes e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, uma narrativa aderente aos mitos autorizadores que sustentam a hegemonia corporativa.

4. UMA INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONALISTA DO MTPE E NEM

A interpretação institucionalista do Movimento Todos Pela Educação e do Novo Ensino Médio fundamenta-se na análise da hegemonia corporativa e das instituições, destacando como grandes empresas influenciam a educação no Brasil. Pode-se observar que a influência dos empresários não é recente, mas sim uma continuidade de práticas que se estendem por diferentes governos, como a do Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma e tem por objetivo influenciar nas políticas educacionais e priorizar habilidades e competências voltadas para o mercado de trabalho, resultado na demanda de mão-de-obra qualificada.

O MTPE foi criado em 2006, reúne governo, empresas e sociedade civil e é considerado um reflexo dos interesses da elite. Essa organização promove políticas que buscam associar valores empresariais nas diretrizes educacionais priorizando resultados mensuráveis e formação de capital humano em vez de cidadãos críticos.

Por outro lado, o NEM, implementado em 2017, introduz mudanças significativas em sua estrutura curricular, como o aumento da carga horaria e a implementação dos itinerários formativos. A inclusão desses itinerários e da formação técnica profissional no Ensino Médio representa um movimento institucional que busca adequar a educação às exigências do mercado de trabalho. A flexibilidade proposta pelo NEM que permite aos estudantes escolherem seus processos de aprendizagem, busca suprir essa demanda, mas também pode ser compreendido como um meio de limitar a autonomia crítica dos alunos ao focar nas atividades práticas em vez de promover o pensamento crítico.

Além disso, ao criar parcerias com instituições que oferecem cursos técnicos ou FICs, revela-se a colaboração entre os setores educacionais e econômicos. Portanto, as instituições educacionais são moldadas por essas interações refletindo um cenário em que a educação é fortemente influenciada por interesses empresariais e pela lógica do capital. A parceria público-privado levanta questionamento sobre a autonomia da educação e a comercialização da educação.

Essa análise revela que tanto a MTPE quanto o NEM são evidências da hegemonia corporativa onde os interesses das grandes empresas moldam as políticas educacionais. Observa-se os mecanismos de transmissão da hegemonia corporativa em prática, a partir do NEM. A sub-representação surge à medida em que as escolas passam a ter como principal objetivo a formação de novos trabalhadores, ao invés de cidadãos críticos – semelhante ao caso do ensino superior estadunidense estudado por Veblen (1918).

A contaminação, por outro lado, apresenta-se através da incorporação de valores corporativos no sistema educacional, em que os estudantes são estimulados a seguirem certas profissões apenas por fins pecuniários. Já a emulação e a mitificação emergem ao representarem o empresariado como o grupo a ser seguido, incorporando nas grades curriculares disciplinas de empreendedorismo, por exemplo. Além disso, o conceito de "mitos autorizadores" indica que as narrativas disseminadas por parte das classes dominantes de que essa educação, implantada para amenizar as desigualdades sociais deve focar em formação de força de trabalho alinhada às necessidades do capital.

A análise institucionalista sustentada por Thorstein Veblen indica que as instituições não são apenas estruturas formais, mas também são costumes e comportamentos que são moldados por interações sociais e econômicas. Assim, a educação se torna um campo onde os valores e interesses dominantes são legitimados e perpetuados refletindo num modelo que prioriza a formação de trabalhadores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a relação da Hegemonia Corporativa na educação brasileira com o foco no Movimento Todos Pela Educação e na reforma do Novo Ensino Médio. A partir dos conceitos veblenianos, foi possível compreender que as práticas educacionais atuais são moldadas por interesses empresariais que priorizam indivíduos prontos para o mercado de trabalho. A crescente influência dos empresários na educação além de moldar as políticas educacionais também levanta questões importantes a respeito do propósito da formação educacional.

Os conceitos de institucionalismo conforme discutido por Thorstein Veblen mostram que as instituições educacionais não são neutras, mas formam um campo onde normas e valores empresariais se misturam. O Novo Ensino Médio, com suas flexibilidades e a formação de itinerários formativos, reflete essa realidade. Isso levanta questões sobre a autonomia dos estudantes, já que há uma ênfase em preparar alunos para o emprego. Isso sugere que as

reformas estão mais preocupadas com a demanda do mercado do que garantir uma educação justa e crítica.

Em suma, essas práticas estão ligadas e podem ser compreendidas a partir do arcabouço teórico do institucionalismo original, pois são influenciadas por um cenário onde as empresas têm um papel importante nas decisões das diretrizes da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.H.Tde, **Apresentação.** In: VEBLEN, T. B. A Teoria da Classe Ociosa. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BRASIL. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf

CARIELLO, L. **A Disputa Por Hegemonia na Educação Brasileira: O Movimento Pela Base Nacional Comum**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife: Associação Nacional de História, 2019.

CASTELLI, J.R. **Sabotando o sistema: a dicotomia indústria-negócios vebleniana e a ação do empresário**. In: XXIX Encontro Nacional de Economia Política, 2024, Marabá - PA. Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia Política - O capital na berlinda: emergência climática e o lugar da Pan-Amazônia para o futuro da humanidade, 2024.

CASTELLI, J.R.; AZEVEDO, L.F Desautorizando a mitologia da austeridade fiscal. **Revista de Economia** (UFPR), vol.44, n.84, 2023, pp. 886-914.

CORREA, N.S. **Uma Análise do Curso de Economia: A Luz do Institucionalismo Original.** Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas). Curitiba, PR: UFPR, 2019.

DEITOS, J.M. **A Hegemonia Empresarial na Educação Brasileira: uma análise do Movimento Todos Pela Educação**. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pos-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa, 2019.

DUGGER, W. Instituted process and enabling myths: the two faces of the market**. Journal of Economic Issues**, v. 23, n. 2, p.607-615, 1989b.

DUGGER, W. M. **Corporate Hegemony**. New York: Green Wood Press, 1989.

DUGGER, W. M. Emulation: an institutional theory of value formation. **Review of Social Economy**, vol. 47, n. 2, 1989a, pp. 134-154.

DUGGER, W. M. Power: An Institutional Framework of Analysis. **Journal of Economic Issue**, vol.14, n.4, 1980, pp. 897-907.

DUGGER, W. M.; SHERMAN, H. J. **Reclaiming Evolution – a dialogue between Marxism and Institutionalism on social change**. London: Routledge, 2000.

FILHO, E. do E. S.; LOPES, V. P. M.; IORA, J. A. Os reformadores empresariais da educação e o ensino médio no Brasil: interesses e projetos em disputa. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 11, n. 2, p. 159–170, 2019. DOI: 10.9771/gmed.v11i2.33157. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/33157. Acesso em: 7 nov. 2024.

HAMILTON, W. The Institutional Aproach to Economic Theory. **American Economic Review**, v.9, n.1, p. 309-318, 1919.

KOSSAK, A.; VIEIRA, N. ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO NO NOVO ENSINO MÉDIO. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022.

MIAHIRA, J. C. D. **Introdução ao Institucionalismo Radical: uma evolução do pensamento vebleniano e sua relevância.** Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Paraná, Curso de Ciências Econômicas, Curitiba, 2018.

RUTHERFORD, Me. **Institutions in Economics: the old and the New institutionalism**. Cambridge University Press, Londres, 1994.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MATO GROSSO DO SUL (SED-MS). **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: feito por todos, para todos.** SED-MS, 2021. Disponível em: https://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/Curriculo-Novo-Ensino-Medio-v1.1.pdf (Acesso em 01/11/2024).

VEBLEN, T.B. O instinto para o artesanato e a aversão ao trabalho em geral. **Oikos – Revista de economia heterodoxa,** n.8, ano VI, 2007.

VEBLEN, T.B. **The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of Universities by Businessmen**. New York: B. W. Huebsch, 1918.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WRENN, M. Myth busting: Institutional economics and mythopoetics. IN: WHALEN, C. **Institutional Economics**. Londres: Routledge, 2021.

WRENN, M. V. Unveiling and deconstructing the enabling myths of Neoliberalism through immanent critique. **Journal of Economic Issues**, vol.48, n. 2, 2014, pp. 477-484.